

**EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS
DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS NO SERIDÓ POTIGUAR**

IRENALDO PEREIRA DE ARAÚJO¹

VIVIAN LIÉGIA DE ARAÚJO SANTOS²

¹ Docente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no Departamento de Educação (DEDUC), do Centro Ensino Superior do Seridó (CERES), Caicó, Rio Grande do Norte, Brasil, irenaldo.araujo@ufrn.br.

² Graduanda em Pedagogia, no Departamento de Educação (DEDUC), do Centro Ensino Superior do Seridó (CERES), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), vivian.araujo.106@ufrn.edu.br.

RESUMO

O artigo analisa, de forma preliminar, a implementação do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, com recorte empírico no município de Caicó, situado na região do Seridó potiguar. A pesquisa insere-se no campo da Educação e Diversidade e parte da compreensão de que a escola constitui espaço estratégico para o enfrentamento do racismo estrutural e da reprodução das desigualdades étnico-raciais no contexto educacional brasileiro. Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza documental, bibliográfica e de campo, envolvendo análise de documentos oficiais, entrevistas, questionários e observações em escolas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Os resultados parciais indicam que as diretrizes curriculares se encontram formalmente incorporadas aos documentos normativos da rede de ensino, porém sua efetivação nas práticas pedagógicas ocorre de maneira desigual, marcada por ações pontuais, fragilidades nos processos de formação continuada docente e limitações institucionais. Evidenciam-se, ainda, impactos diferenciados no cotidiano escolar e na percepção de estudantes, professores e gestores, condicionados ao engajamento das equipes pedagógicas, às condições institucionais e à articulação entre currículo, gestão e formação. Conclui-se, de forma provisória, que a efetividade das diretrizes depende da articulação entre políticas públicas, gestão educacional, formação docente e acompanhamento pedagógico contínuo, aspectos que permanecem em análise no desenvolvimento da pesquisa, no sentido de fortalecer práticas pedagógicas antirracistas e consolidar processos educativos comprometidos com a equidade racial nos territórios investigados locais.

Palavras-chave: Educação étnico-racial. Diversidade. Políticas públicas. Formação docente.

1 INTRODUÇÃO

A persistência das desigualdades raciais no Brasil e sua incidência no campo educacional constituem um dos principais desafios contemporâneos das políticas públicas de educação. Embora o país apresente uma marcante diversidade étnico-racial, resultante de um complexo processo histórico de colonização, escravização de povos africanos e indígenas e intensas dinâmicas de miscigenação cultural, essa diversidade não se traduziu, historicamente, em relações sociais equitativas. Ao contrário, o racismo estrutural permanece como elemento constitutivo da sociedade brasileira, produzindo exclusões simbólicas e materiais que se expressam de forma contundente no ambiente escolar, por meio da marginalização de saberes, narrativas e identidades afro-brasileiras e indígenas (Holanda, 1995; Ribeiro, 2006; Porto; Pacheco; Leroy, 2013).

Essas desigualdades encontram raízes no próprio processo de formação social e econômica do país, marcado por um modelo colonial baseado na exploração, na concentração de renda e na hierarquização social, cujos efeitos estruturais se prolongam ao longo da história brasileira (Furtado, 2007). A escravização de africanos e seus descendentes constituiu um dos pilares desse modelo, estruturando relações sociais marcadas pela violência, pela negação da humanidade e pela naturalização das desigualdades raciais, cujos impactos ultrapassam o período escravista e incidem diretamente sobre as dinâmicas sociais e educacionais contemporâneas (Matoso, 2003). Nesse contexto, a escola não se apresenta como espaço neutro, mas como instituição atravessada por essas heranças históricas, reproduzindo, muitas vezes, silenciamentos e desigualdades.

Diante desse cenário, a educação assume papel estratégico no enfrentamento das desigualdades racialmente estruturadas, ao possibilitar a problematização crítica das relações raciais e a valorização da diversidade cultural que constitui o povo brasileiro. A partir das lutas históricas dos movimentos sociais negros e de reivindicações por reconhecimento e justiça social, o Estado brasileiro instituiu marcos legais e normativos voltados à promoção da educação das relações étnico-raciais, com destaque para a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e para o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Brasil, 1996; Brasil, 2013).

O referido Plano configura-se como uma política pública fundamental ao propor a inserção sistemática da história e da cultura afro-brasileira e africana nos currículos da

Educação Básica, bem como ao enfatizar a necessidade de formação inicial e continuada de professores, produção de materiais didáticos e acompanhamento das práticas pedagógicas. Trata-se de uma iniciativa que busca enfrentar o racismo estrutural no âmbito educacional e promover uma educação comprometida com a equidade racial e o reconhecimento da diversidade. Contudo, pesquisas e avaliações indicam que a distância entre o plano normativo e sua efetivação no cotidiano das escolas ainda representa um entrave significativo, demandando estudos avaliativos que considerem contextos locais, institucionais e territoriais específicos.

Nesse sentido, a educação das relações étnico-raciais não pode ser compreendida apenas como cumprimento de uma exigência legal ou como inclusão temática pontual no currículo, mas como um processo formativo que demanda revisão crítica das práticas pedagógicas, dos materiais didáticos e das concepções que orientam o trabalho escolar. A incorporação da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo implica reconhecer a escola como espaço de disputa de narrativas, no qual se confrontam perspectivas hegemônicas e contra-hegemônicas sobre a formação da sociedade brasileira. Assim, a implementação das diretrizes curriculares coloca em evidência o desafio de romper com abordagens eurocêntricas e de promover práticas educativas comprometidas com a valorização da diversidade, com o reconhecimento das identidades negras e com o enfrentamento das desigualdades racialmente estruturadas no contexto educacional.

É nesse horizonte que se insere o presente estudo, ao compreender que a análise das políticas educacionais requer atenção às condições concretas de sua implementação, às práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas e às percepções dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza documental, bibliográfica e de campo, envolvendo análise de documentos oficiais, aplicação de entrevistas e questionários, além de observações em unidades escolares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no município de Caicó, localizado na região do Seridó potiguar.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar a implementação e os impactos do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em escolas de Caicó-RN, considerando seus limites e potencialidades na promoção da igualdade racial e da valorização da diversidade étnico-racial, a partir de resultados parciais de uma pesquisa em andamento.

2 AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO SERIDÓ POTIGUAR

Esta seção apresenta a análise dos resultados parciais da pesquisa, considerando que o estudo se encontra em andamento e se insere no campo das políticas públicas educacionais voltadas à promoção da educação das relações étnico-raciais. Parte-se da compreensão de que a implementação dessas políticas não se realiza de forma linear ou homogênea, constituindo um processo complexo, atravessado por condicionantes históricos, institucionais, formativos e territoriais. Tal perspectiva exige uma leitura analítica que ultrapasse o plano normativo das diretrizes curriculares, reconhecendo que sua materialização no cotidiano escolar é permeada por limites, tensões e possibilidades, especialmente em contextos marcados por desigualdades raciais historicamente estruturadas e por heranças sociais persistentes.

Nessa perspectiva, a análise considera o cotidiano das escolas e as percepções dos sujeitos envolvidos no processo educativo, compreendendo a escola como espaço estratégico de produção de sentidos, práticas pedagógicas e disputas em torno do reconhecimento da diversidade étnico-racial. A educação das relações étnico-raciais é entendida, assim, como dimensão constitutiva do currículo e das práticas escolares, e não como ação pontual ou meramente normativa, exigindo abordagens integradas e contextualizadas. Como assinala Morin (2010), os fenômenos educacionais demandam leituras que considerem a articulação entre múltiplas dimensões da realidade, o que reforça a necessidade de análises que articulem políticas públicas, práticas escolares e contextos territoriais. Desse modo, a discussão organiza-se a partir das hipóteses formuladas no projeto de pesquisa, buscando compreender, de forma provisória, contextualizada e situada no território do Seridó potiguar, como vem se dando a implementação das diretrizes curriculares no município de Caicó-RN, à luz das condições institucionais, formativas e pedagógicas existentes.

2.1 Implementação das diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais

A análise preliminar da efetivação do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais no município de Caicó-RN evidencia que, no plano normativo, o tema encontra-se formalmente incorporado aos documentos oficiais da rede municipal de ensino. Projetos político-pedagógicos, planos de ensino e orientações institucionais fazem referência à obrigatoriedade do ensino de História e

Cultura Afro-brasileira e Africana, em consonância com o que estabelece a legislação educacional vigente (Brasil, 2013). Tal incorporação normativa, entretanto, ocorre em um contexto historicamente marcado por desigualdades estruturais produzidas pelo modelo de formação social e econômica do país, o qual, conforme analisa Furtado (2007), consolidou hierarquias sociais profundas que seguem incidindo sobre as políticas públicas e suas formas de materialização no território.

Os dados documentais indicam que essa incorporação expressa um reconhecimento institucional da importância da temática étnico-racial no âmbito das políticas educacionais locais. Contudo, os resultados parciais da pesquisa de campo sugerem que a presença das diretrizes nos documentos oficiais não garante, por si só, sua efetivação no cotidiano das práticas escolares. Observa-se que, em muitas unidades, as ações pedagógicas relacionadas à educação das relações étnico-raciais ainda se concentram em iniciativas pontuais, frequentemente associadas a eventos comemorativos, como o Dia da Consciência Negra.

Esse caráter episódico revela limites na institucionalização das diretrizes como eixo estruturante do currículo e aponta para a persistência de uma distância entre a normatização das políticas educacionais e sua materialização nas práticas pedagógicas, conforme destacado por Porto, Pacheco e Leroy (2013). Tal cenário reforça a necessidade de compreender a implementação das diretrizes como um processo contínuo, que demanda acompanhamento pedagógico, intencionalidade curricular e articulação entre diferentes instâncias da gestão educacional.

Além disso, a análise preliminar indica que a compreensão das diretrizes curriculares por parte das equipes escolares ainda se apresenta de forma heterogênea, variando conforme o grau de envolvimento da gestão, a trajetória formativa dos docentes e as condições institucionais de cada unidade escolar. Em alguns contextos, as diretrizes são interpretadas predominantemente como exigência legal, o que limita sua apropriação pedagógica e dificulta sua integração ao planejamento curricular de longo prazo.

Ainda que de forma desigual, a pesquisa identifica indícios de avanços na incorporação da temática étnico-racial em projetos interdisciplinares e atividades pedagógicas específicas, o que sugere que a efetividade das diretrizes está diretamente relacionada às condições institucionais das escolas e ao engajamento das equipes pedagógicas. Esses achados preliminares apontam para a importância de políticas educacionais que ultrapassem o plano normativo e fortaleçam mecanismos de apoio à implementação das diretrizes no chão da escola.

2.2 Formação docente e práticas pedagógicas

No que se refere à formação continuada dos professores, os resultados parciais da pesquisa apontam fragilidades significativas nos processos formativos voltados à educação das relações étnico-raciais. Parte expressiva dos docentes entrevistados reconhece a importância da temática étnico-racial, porém relata dificuldades teóricas e metodológicas para abordar o tema de forma crítica e transversal.

A ausência de processos formativos sistemáticos, voltados especificamente para a educação das relações étnico-raciais, compromete a efetividade da implementação das diretrizes. Essas dificuldades relacionam-se, também, à herança histórica de um sistema educacional constituído em uma sociedade marcada pela escravização e pela negação da humanidade de populações negras, cujos efeitos simbólicos e pedagógicos persistem no imaginário social e nas práticas escolares (Matoso, 2003).

As evidências coletadas até o momento indicam que a oferta de formações específicas sobre história e cultura afro-brasileira e africana ocorre de maneira esporádica, sem continuidade sistemática e, em muitos casos, desvinculada das demandas concretas do cotidiano escolar. Tal situação compromete a apropriação das diretrizes curriculares pelos docentes e limita o desenvolvimento de práticas pedagógicas intencionalmente antirracistas, corroborando estudos que apontam a formação docente como elemento central para a efetivação das políticas de educação étnico-racial (Gomes, 2019).

Observa-se, ainda, que parte significativa das formações ofertadas não contempla metodologias específicas para o trabalho pedagógico com a temática étnico-racial, concentrando-se em abordagens teóricas pouco articuladas ao cotidiano da sala de aula. Essa lacuna contribui para a insegurança docente e para a reprodução de práticas pedagógicas superficiais, que não enfrentam de maneira crítica as dimensões históricas, sociais e políticas do racismo no contexto escolar.

Sendo assim, a ausência de espaços permanentes de estudo, planejamento coletivo e acompanhamento pedagógico dificulta a consolidação de propostas curriculares que incorporem a temática étnico-racial de forma integrada às diferentes áreas do conhecimento. Esse cenário tende a reforçar abordagens pontuais ou episódicas, muitas vezes restritas a projetos isolados ou a eventos comemorativos, distanciando-se da perspectiva de transversalidade defendida pelas diretrizes nacionais (Brasil, 2013).

Apesar dessas fragilidades, a pesquisa identifica experiências pedagógicas desenvolvidas a partir da iniciativa individual ou coletiva de alguns professores, que buscam

articular conteúdos curriculares com debates sobre identidade, pertencimento e valorização da diversidade étnico-racial. Tais experiências, ainda que não generalizadas, evidenciam o potencial transformador das diretrizes quando apropriadas de maneira crítica e contextualizada, conforme apontado por Pinsky (2011), ao destacar o papel da escola na desconstrução de narrativas excludentes e na promoção de práticas educativas comprometidas com a justiça social.

Nesse sentido, a ausência de políticas públicas estruturadas de formação continuada acaba por reforçar a responsabilização individual dos professores, deslocando para o plano pessoal desafios que são de natureza institucional e sistêmica. Tal dinâmica tende a limitar o alcance das diretrizes curriculares, ao não assegurar condições objetivas para que os docentes desenvolvam práticas pedagógicas efetivamente comprometidas com a educação das relações étnico-raciais.

Esses achados reforçam, de forma preliminar, a hipótese de que a efetividade das diretrizes curriculares depende diretamente do fortalecimento de políticas de formação continuada docente, articuladas às realidades territoriais e às condições institucionais das escolas, constituindo-se como eixo estruturante para a consolidação de uma educação das relações étnico-raciais no contexto investigado.

2.3 Impactos no cotidiano escolar e na percepção dos sujeitos

A análise provisória das percepções de estudantes, professores e gestores escolares indica que, nos contextos em que os conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira e africana são trabalhados de forma intencional e sistemática, observam-se avanços na ampliação do repertório cultural dos discentes e na problematização de práticas discriminatórias no ambiente escolar. Tais resultados parciais sugerem que essa abordagem contribui para a construção de novas compreensões sobre identidade, pertencimento e diversidade. Ainda que esses impactos se manifestem de forma desigual entre as unidades escolares, eles adquirem relevância em um contexto historicamente marcado por estruturas sociais herdadas da escravidão e por um modelo de desenvolvimento excludente, conforme analisam Matoso (2003) e Furtado (2007), cujos efeitos seguem sendo tensionados pelas práticas educativas contemporâneas.

Esses avanços também se expressam na ampliação do vocabulário dos estudantes para tratar de questões relacionadas ao preconceito racial, na maior valorização de referências culturais afro-brasileiras e africanas e na problematização de estereótipos historicamente

naturalizados no espaço escolar. Tais aspectos indicam que a abordagem da temática contribui para processos educativos que extrapolam a dimensão cognitiva, alcançando aspectos identitários e relacionais.

Os dados coletados até o momento apontam que estudantes demonstram maior sensibilidade para reconhecer situações de discriminação racial e maior abertura ao diálogo sobre diferenças étnico-raciais quando essas discussões são incorporadas ao currículo. Do mesmo modo, gestores escolares relatam que projetos pedagógicos voltados à valorização da diversidade tendem a favorecer um ambiente escolar mais inclusivo e a fortalecer vínculos entre escola, comunidade e território.

Entretanto, tais impactos apresentam-se de maneira desigual entre as unidades escolares investigadas, refletindo as condições institucionais, a disponibilidade de materiais didáticos adequados e o grau de envolvimento das equipes pedagógicas. Em contextos nos quais a formação docente é incipiente ou inexistente, os efeitos das diretrizes mostram-se mais limitados, reforçando a compreensão de que a efetividade da política depende de múltiplos fatores articulados.

Por outro lado, a pesquisa evidencia que, na ausência de ações pedagógicas sistemáticas, os impactos tendem a se diluir ao longo do tempo, não se consolidando como práticas permanentes da cultura escolar. Esse dado reforça a compreensão de que os efeitos das diretrizes curriculares dependem da continuidade das ações, do acompanhamento pedagógico e da articulação entre escola, comunidade e território.

Esses resultados preliminares dialogam com a perspectiva da complexidade proposta por Morin (2000; 2010), ao evidenciar que os impactos das políticas educacionais não podem ser compreendidos de forma linear ou homogênea. Ao contrário, dependem da interação entre sujeitos, contextos, práticas e condições institucionais, o que reforça a necessidade de análises contínuas e contextualizadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

3 CONCLUSÕES

A pesquisa evidencia, de forma preliminar, que o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais configura-se como um marco relevante das políticas públicas educacionais voltadas à promoção da igualdade racial no Brasil.

Os resultados parciais indicam que a implementação das diretrizes ocorre de maneira desigual nas escolas analisadas, com maior consolidação no plano normativo do que na incorporação sistemática às práticas pedagógicas cotidianas.

A análise demonstra que a presença das diretrizes nos documentos institucionais não assegura, por si só, sua efetivação no currículo e nas práticas educativas, evidenciando a distância entre normatização e materialização da política educacional.

O estudo aponta que a formação continuada de professores constitui elemento central para a efetivação das diretrizes curriculares e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas comprometidas com a educação das relações étnico-raciais.

Os dados analisados sugerem que fragilidades nos processos formativos impactam diretamente a apropriação crítica da temática étnico-racial e limitam a transversalidade dos conteúdos no cotidiano escolar.

A pesquisa indica que, nos contextos em que os conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira e africana são trabalhados de forma intencional, observam-se avanços na valorização da diversidade étnico-racial e na problematização de práticas discriminatórias.

Os resultados evidenciam que tais impactos se manifestam de forma heterogênea entre as unidades escolares, refletindo condições institucionais, formativas e organizacionais distintas.

A análise desenvolvida evidencia, ainda, que a educação das relações étnico-raciais se consolida como dimensão estruturante do processo educativo quando integrada de forma contínua ao currículo, às práticas pedagógicas e à gestão escolar.

Os dados parciais indicam que a abordagem sistemática da temática favorece a construção de ambientes escolares mais sensíveis à diversidade, ao reconhecimento das identidades negras e à problematização das desigualdades racialmente estruturadas, ainda que tais avanços dependam das condições institucionais e formativas existentes em cada unidade escolar.

A análise realizada indica, ainda, que a educação das relações étnico-raciais se consolida como dimensão estruturante do processo educativo quando integrada de forma contínua ao currículo, às práticas pedagógicas e à organização da gestão escolar.

Os resultados parciais evidenciam que a abordagem sistemática da temática contribui para a construção de ambientes escolares mais sensíveis à diversidade, ao reconhecimento das identidades negras e à problematização das desigualdades racialmente estruturadas, ainda que

tais avanços se apresentem de maneira heterogênea e condicionada às realidades institucionais e formativas de cada unidade escolar.

Conclui-se que a efetividade das diretrizes curriculares depende da articulação entre políticas públicas, gestão educacional, formação docente e acompanhamento pedagógico contínuo, aspectos que permanecem em análise no desenvolvimento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SECADI, 2013.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOMES, Laurentino. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. v. 1.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MATOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- MORIN, Edgar. A epistemologia da complexidade. In: MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Peirópolis, 2000. p. 43-137.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.
- PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tânia; LEROY, Jean Pierre (org.). **Injustiça ambiental no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.